

Na segunda feira, 23/3, aconteceu mais uma rodada de negociações sobre a dívida da PUC-SP com os seus professores, originada pelo não-pagamento do reajuste de 2005, no valor de 7,66%. Participaram da reunião diretores da APROPUC, o reitor Dirceu de Mello, o padre Rodolpho Perazzollo e o presidente do Sinpro-SP, Luiz Antonio Barbagli.

Os gestores apresentaram uma nova proposta aos professores que pouco diferia daquela apresentada em 18/3: desta vez a universidade se compromete a pagar 3,83% do reajuste de 7,66%, divididos em oito parcelas iguais de 0,471%, pagas até 2018 (na proposta anterior eram creditados somente 1% à vista). Com referência ao pagamento da dívida houve um recuo. Dos 60% propostos anteriormente a PUC-SP arcaria com 25% da dívida pagos à vista.

A professora Bia Abramides lembrou que os valores a serem dispendidos pelas duas propostas eram praticamente iguais, o que na prática representaria uma reorganização da mes-

Prosseguem as negociações sobre a dívida de 2005

A ÚLTIMA PROPOSTA DA PUC-SP

3,83%

do índice devido de 7,66% incorporado em parcelas anuais de 0,471% entre 2011 e 2018.

25%

do total da dívida pagos à vista

PROPOSTA APRESENTADA EM 18/2

1%

do índice devido de 7,66% incorporado a partir de março.

60%

do total da dívida pagos à vista

ma proposta com outra metodologia. O secretário-executivo da Fundação afirmou que a proposta não era um sofisma, mas que através de uma recomposição maior do índice de 2005 proporcionaria uma

incorporação mais efetiva por parte dos salários docentes.

JUROS BANCÁRIOS

Analisando a proposta de outro ângulo a

diretora Priscilla Cornalbas e o professor Luiz Antonio Barbagli constataram que o desembolso da instituição com os bancos para o pagamento dos 25% era excessivo e que, se esse pagamento fosse efetuado contemplando escalonadamente um maior percentual aos docentes, o resultado poderia ser muito mais interessante.

Os gestores concordaram com a sugestão e se propuseram a realizar novos estudos para contemplar tal alternativa

Por seu lado, porém, os docentes reafirmaram a importância do pagamento integral dos 7,66% para a recomposição dos já combatidos salários. O professor Dirceu de Mello mostrou-se preocupado com o legado que este pagamento poderia deixar à instituição e também com uma possível discordância do curador de Fundações.

Uma nova reunião ficou marcada para o dia 5/4, quando espera-se que outra proposta seja apresentada aos docentes para que uma nova assembleia aprecie o seu conteúdo.

Eleições da APROPUC

Professor participe do processo eleitoral de sua entidade!

Dia 14/4 a APROPUC realiza assembleia para escolha de uma Comissão Eleitoral que coordene as eleições da associação.

Sua presença é fundamental para debater os rumos da entidade.

Funcionários podem fechar texto do Acordo Interno nesta semana

Pág. 5

EDITORIAL

Revolução Silenciosa de José Serra

A greve dos professores paulistas atravessa a terceira semana sem que o governo do PSDB receba o sindicato (Apeesp). O argumento é o velho jargão do poder "a greve é política". O dia em que não existir uma greve que não seja política - ou apolítica - já não terá sentido. Mas fica claro que Serra refere-se à disputa presidencial. O sindicato é dirigido por petistas, logo querem desgastar sua imagem de candidato. Argumento sólido, incontestável, considerando que é candidato da oposição ao PT, embora não seja tão mecânico assim.

Mas os dez mil que na assembléia dia 12 de março votaram unanimemente pela greve são petistas? E os milhares de grevistas que ocuparam a Av. Paulista em manifestação de cerca de quarenta mil, que os jornais amantes da verdade dizem não passar de dez mil? Estão pelo desgaste de Serra? Não, absolutamente não! Esse argumento não pôde ser usado pelo peessedebista. Os grevistas estão pelo reajuste de 34,3% e pelo fim das provas seletivas.

O que mostram as duas bandeiras do magistério? Primeiro que o achatamento salarial é brutal. Os alfabetizadores (PEB I) ganham R\$ 6,55 por hora-aula; nos demais níveis de ensino (PEB II) os mestres recebem R\$ 7,58. Bastaria esse ponto para se ver que a greve é política - o movimento se choca com a diretrix de achatamento salarial do governo para um contingente de duzentos mil trabalhadores.

O governo diz que faz uma "revolução silenciosa" no ensino do Estado de São Paulo. Refere-se à diretrix de pagar pouco e exigir produtividade. Pagar uma merreca já o faz com maestria. Mas como obter a tal da produtividade? A solução é impor - essa é a palavra - aos professores provas de avaliação. Não vamos entrar no mérito das provas já realizadas e no fato de quem as confecciona não saber nada sobre a epopéia diária dos professores, com cinquenta alunos em cada aula, um monte de salas, mais de uma escola e uma montanha de cadernetas.

Existe prova para tudo. O governo Serra, ainda mais com o famoso educador Paulo Renato, descobriu que é um grande avaliador. Resolveu, inclusive, fazer uma prova para aumentar o salário para até 20% do magis-

tério. Os demais são considerados reprovados, não recebem o estímulo à produtividade. Promove, assim, uma diferenciação salarial e uma concorrência insana entre os professores.

Que fase do capitalismo estamos presenciando? Talvez descubramos compreendendo a reforma geral. Os trabalhadores da educação foram divididos em categorias: F, L, O, que são os contratados (Ofas), o efetivo e o eventual. A categoria F são aqueles que passaram na prova, têm estabilidade por 12 horas, tendo ou não aula - com esse número, recebe menos que o salário mínimo do estado. A categoria L é de contratados em junho de 2007, depois da prova em 2011, terá um ano de trabalho garantido, o seu futuro "ao Diabo pertence". A categoria O é de contrato mais recente - fez a prova e tem 10 meses assegurados, depois vale o ditado anterior, vão se encontrar no inferno. O efetivo era a flor do magistério. E agora com a revolução silenciosa de Serra, como ficou? O antigo efetivo perdeu sua escola sede. Caso reduza o número de salas, terá mais de uma escola. Para os novos contratos, o professor, além de passar no concurso público, terá de permanecer três anos no purgatório em "estágio probatório". Tanto sobre o neófito quanto sobre o Ofa velho de guerra que atravessar o píncaro da avaliação pesará a espada de Dâmocles.

O concurso que se realizou no domingo contou com duzentos mil inscritos, para dez mil vaga, que deverão passar pelos mesmos percalços de seus colegas em greve. O governo Serra responde politicamente à greve não recebendo o sindicato. Está em posição de defesa inflexível de sua "revolução silenciosa". Com autoritarismo vem impondo ruidosamente seu plano de gestão empresarial da educação pública, com autoritarismo combate a greve. O espancamento e prisão por sua polícia de grevistas que protestavam diante de sua presença na região é o exemplo de democracia e de democrata que diz ser o ex-militante da UNE e da ex-Ação Popular.

Todo apoio à greve do magistério! Que José Serra abra negociações com o sindicato! Fim de todo cerceamento ao direito de greve e de toda repressão!

Diretoria da APROPUC

Consad analisa as prioridades da PUC-SP

A Controladoria da Fundação São Paulo apresentou durante reunião do Consad (Conselho Superior de Administração) um relato sobre a situação financeira da PUC-SP até o dia 31/12/2009.

A universidade teve uma "sobra" de 100 milhões de reais que foram utilizados da seguinte maneira: R\$ 65 milhões para despesas gerais da universidade, R\$ 15 milhões com a amortização da dívida e R\$ 13 milhões com serviço da dívida. A universidade, portanto, tinha em caixa cerca de R\$ 5 milhões, até o último dia do ano de 2009.

No entanto, o número de bolsas restituíveis foi congelado, não foram abertas novas vagas nessa modalidade em 2009, nem em 2010. A prioridade financeira da Fundação São Paulo é pagar a dívida com os bancos e diminuir o número de inadimplentes.

No período analisado, o número de inadimplentes caiu consideravelmente. De cerca de R\$ 344 milhões que a PUC deveria receber em mensalidades, R\$ 295 milhões foram recebidos, em 2009. Em 2008, dos mesmos R\$ 344 milhões a PUC recebeu cerca de R\$ 270 milhões. Essa recuperação, no entanto, aconteceu à custa de expulsão de alunos inadimplentes, corte de bolsas e elitização do perfil dos es-

tudantes que estão na universidade.

REFORMAS CURRICULARES

As reformas curriculares dos cursos de Serviço Social e de Tecnologias e Jogos Digitais estão ameaçadas por serem cursos deficitários. O reitor pediu diligência de ambos os processos e procurará as unidades para solicitar esclarecimentos.

Isso demonstra mais uma vez que o financeiro da universidade vem à frente do acadêmico. As reformas dos cursos foram pensadas dentro de seus departamentos, no sentido de melhorar academicamente o curso, podendo ser alteradas por um conselho responsável pela parte financeira da universidade e com maioria de membros da Igreja Católica.

O curso de Serviço Social é um exemplo bem sucedido da universidade. Com 40 anos de história na PUC-SP é um dos mais importantes do Brasil e teve sua reforma curricular feita com muita atenção, sob critérios dos próprios professores e estudantes do curso.

Isso fere a autonomia dos cursos e demonstra novamente que a prioridade da universidade é o pagamento das dívidas com os bancos, colocando a autonomia universitária e a qualidade acadêmica em segundo plano.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - Correo Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Gabriela Moncau

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victoria C. Weischardt

Livro conta a história de mulheres torturadas pela ditadura militar

No dia 25/3, com o auditório 239 completamente lotado, aconteceu o lançamento do livro *Luta, Substantivo Feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. A obra reúne 23 depoimentos de mulheres que sofreram abusos do Estado durante a ditadura militar.

O evento teve presença de Paulo Vanucci, Ministro da Secretária Especial dos Direitos Humanos; Nilcea Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; Sílvia Pimentel, Vice-Presidente da ONU para Eliminação da Discriminação contra a Mulher; Rosalina Santa Cruz, do Serviço Social da PUC-SP; Marcelo Figueiredo, Diretor da Faculdade de Direito da PUC-SP; Flávia Piovesan e Flávio Caetano, do Direito da PUC-SP; Leonardo Danesi, representante do Centro Acadêmico de Direito 22 de Agosto.

DEPOIMENTOS EMOCIONANTES

A professora Flávia Trevisan comentou que esse evento honra a história do país e a identidade da PUC-SP, que é ligada aos Direitos Humanos e classificou como terrorismo de Estado a política de repressão do regime militar. "O sigilo [dos arquivos da ditadura] existe para ocultar os abusos do governo, e a anistia não pode permitir a não punição aos torturadores", disse.

O ministro Paulo Vanucci falou sobre os ataques que sofreu durante o

lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos. "Dei uma entrevista de 4 horas para a Rede Globo e, depois, a reportagem pediu outro depoimento em que falei por mais 15 minutos. Comentei a questão do aborto, do trabalho no campo, da punição aos torturadores e da liberdade de imprensa. Expliquei que não havia nenhum ataque à democracia e que alguns pontos mais polêmicos sofreriam pequenas mudanças", afirmou.

Porém, ao assistir o *Jornal Nacional*, o ministro teve uma grande surpresa. "Colocaram a minha imagem sem o som, dizendo que o Governo havia reavaliado todos aqueles pontos", disse indignado. Para concluir, também explicou que o livro faz parte de uma sequência articulada de respostas para pontos que ele considera importantes na agenda dos Direitos Humanos, como a questão do aborto, da violência no campo e, agora, da punição aos crimes do Estado durante a ditadura.

Sobre o papel das mulheres, a ministra Nilcea Freire comentou que elas estiveram em todos os processos para consolidação da democracia no país. "Onde estão nossas heroínas? Parece que elas não existiram. É preciso resgatar a participação das mulheres na história brasileira, seja no passado ou na história recente", exclamou Freire.

Já a professora Rosalina Santa Cruz emocionou a platéia ao contar sua experiência sob o aparato



Acima, Auditório 239 lotado. Ao lado, da esq. para dir., Leonardo Danesi, Rosalina Santa Cruz, Paulo Vanucci e Nilcea Freire



militar. Também avaliou com clareza o processo de abertura dos documentos da ditadura e a punição para os crimes de Estado. "Houve bons avanços na Comissão da Verdade e da Justiça. Mas os verdadeiros avanços dessa Comissão vão depender de muita luta da sociedade civil", concluiu Santa Cruz.

O LIVRO

A publicação foi realizada através de uma parceria entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da Editora Caros Amigos.

Segundo Tatiana Merlino e Igor Ojeda, organizadores da obra, esse é o primeiro livro a abordar a questão da ditadura e da repressão a partir de histórias de mulheres. "O livro também tem um enfoque na questão da tortura por-

que é uma maneira de pressionar a Comissão de Verdade e Justiça", comentou Merlino.

Uma das personagens do livro também esteve presente. Aurea Moretti, ex-estudante da USP de Ribeirão Preto, foi presa e torturada no ano de 1969. "Fico feliz de ser uma sobrevivente, apesar de muitos amigos e amigas terem sido assassinados pelo Estado", disse. "A nossa geração deu a vida pelo ideal. Nossa maior arma éramos nós mesmos, nossa alma. Se tivessem nos ouvido tenho certeza que o Brasil seria outro país, mais desenvolvido e igualitário", completou Moretti. Apesar da tortura, ela continua militando no campo, realizando trabalhos de enfermeira com técnicas de medicina homeopática.

Professor readmitido relata sua experiência ao *PUCviva*

Vários docentes estão voltando a integrar os quadros da PUC-SP, após a violenta ação da Fundação São Paulo e da reitora Maura Véras, em 2006. Um deles, o professor Rivadavia Pereira Gomes Filho, do Departamento de Administração da FEA, conversou com a reportagem do *PUCviva* e relatou sua alegria em estar de novo lecionando numa universidade para a qual contribuiu por cerca de 30 anos.

Em maio de 2007 Rivadavia teve uma reintegração parcial, logo cassada pela universidade. Somente no final de 2008 é que ele conseguiu vencer em última instância e voltar ao seu departamento. Mestre em Economia, ex-chefe de departamento e representante da FEA nos Conselhos Superiores, foi recebido festivamente por seus alunos e colegas.

Embora não reputando a sua demissão a motivos ideológicos, Rivadavia considerou traumatizante a forma como as demissões foram feitas. "Eu considerava a PUC-SP a minha segunda casa e nunca pensei que seria demitido da universidade. Em 2006, na véspera do carnaval, recebi um telegrama em casa anunciando a demissão. Foi traumatizante, muitos professores tiveram problemas psicológicos".

Sobre a reversão de sua demissão, Rivadavia não esconde a satisfação: "Foi um momento prazeroso, tenho três filhos que se formaram na PUC-SP e têm uma ligação forte com a universidade. Hoje estou muito satisfeito, produzindo artigos, dando aulas,

preparando cursos para a Cogea".

Analisando a PUC-SP anterior às demissões e a atual, Rivadavia identifica duas realidades distintas: "Antes da minha demissão havia uma participação maior dos professores na vida da universidade. As reuniões da APROPUC eram muito concorridas, mas com as mudanças ocorridas e a admissão de novos novos professores, não há comprometimento e integração à associação de classe que é a APROPUC. A situação deles é bem diferente daqueles professores que começaram a carreira nesta universidade e foram progredindo paulatinamente".

O professor não sente muita diferença entre as condições de docência que ele dispunha antes da demissão e as atuais. Com exceção da carga horária ampliada com a maximização, ele acredita que a cobrança maior é a do mercado que vêm aceitando da mesma forma nossos estudantes.

MEDIDA AUTOCRÁTICA

O docente relatou a situação de vários professores que estão processando a PUC-SP, mas que provavelmente não voltarão à universidade por não terem disposição para tal, preferindo apenas um acerto financeiro com a instituição. Analisando a questão com mais distanciamento, Rivadavia conclui que a via para solucionar os problemas da universidade poderia ter sido diferente: "Em 2005 a professora Maura reuniu-se com a comunidade e apontou algu-



Professor Rivadavia em sua entrevista ao *PUCviva*

mas alternativas que estavam sendo estudadas, como os professores abrirem mão de parte de sua carga horária, sem mandar ninguém embora. Mas, em fevereiro de 2006, recebemos a notícia das demissões com surpresa, porque não era isto que estávamos esperando. Existem muitos professores que passam o

dia inteiro nesta universidade, tentando solucionar seus problemas e os problemas da sociedade e demiti-los de uma hora para outra vez com que perdessem o chão. Não houve nenhuma complacência e faltou diálogo, foi uma medida autocrática da Igreja, sem olhar as condições de cada docente ou ouvir a APROPUC."

Em entrevista Heleieth Saffioti denuncia caráter ideológico de sua demissão

A revista UNESP Ciência número 6, edição do mês de março/2010, publica extensa matéria com a professora Heleieth Saffioti, que lecionava na Faculdade e no Pós-Graduação de Ciências Sociais até 2006, quando foi demitida juntamente com 447 professores da PUC-SP.

Heleieth é feminista e uma das pioneiras nos estudos brasileiros sobre gênero. Extremamente polêmica ao tomar conhecimento de um artigo do procurador Cícero Harada que criminalizava o aborto, publicou uma resposta no site da OAB onde, criticando o procurador, dizia que a Igreja Católica durante séculos não proibiu o aborto "devido ao fato de que moças e freiras eram engravidadas por padres".

O artigo repercutiu na universidade, desagradando Dom Claudio Humes, então grão-

chanceler da PUC-SP, provocando uma reclamação à ouvidoria. Algum tempo depois a professora foi incluída no rol dos demitidos pela Reitoria e Fundação São Paulo.

Para a professora "minha demissão foi totalmente ideológica. (...) Fui às assembleias dos demitidos, mas deixei claro que só participaria de uma ação coletiva."



Professora Heleieth em reprodução da revista *Unesp Ciência*

Funcionários e Fundação estão perto de assinar o Acordo Interno

A diretoria da AFAPUC se reuniu com a Fundação São Paulo para debater o Acordo Interno e os índices de reajuste salarial da categoria, no dia 24/3. Na última assembleia dos funcionários, eles pediram que alguns pontos fossem incluídos no Acordo Interno entre os trabalhadores e a mantenedora. Mas a Fundação São Paulo não aceitou nenhum dos encaminhamentos e, por isso, não haverá alterações em relação ao texto apresentado na assembleia anterior.

Os pedidos dos funcionários eram que tios e tias fossem incluídos nos casos de doenças de familiares e também que o termo "doenças graves" fosse trocado por apenas "doenças", para evitar erros de interpretação. A justificativa da

Fundação São Paulo para que apenas "doenças graves" fossem contempladas é que essa é uma cláusula nova e, portanto, em fase de teste. Mas ela poderá ser revertida de acordo com avaliação do Departamento Médico da PUC-SP.

Outro ponto que causou polêmica entre os funcionários foi a permanência de bolsas doação, nos casos de dispensa. Primeiramente, a Fundação São Paulo havia apresentado a proposta que, para continuar com a bolsa, o funcionário teria que ter concluído 2/3 do curso. Isso causou uma série de dúvidas entre os trabalhadores da casa, que decidiram pedir para que a bolsa fosse mantida com 50% da grade cursada. Nesse caso, a Fundação São Paulo decidiu que o funcionário não perderá a

bolsa em caso de demissão, caso já tenha concluído 70% do curso.

Um ponto que foi considerado vitorioso no novo texto do Acordo Interno é a questão da aprovação das bolsas de estudo para funcionários administrativos. Antes, os pedidos eram encaminhados para o setor de bolsa, porém, grande deles era indeferida devido ao não atendimento da premissa de área correlata entre o setor do funcionário e o curso.

Para solucionar a questão, a partir do novo Acordo Interno, os pedidos de bolsa serão encaminhados para a Divisão de Recursos Humanos e o funcionário que pretende cursar algo diferente do seu setor, deverá apresentar um projeto justificando a escolha de seu curso.

NOVA ASSEMBLEIA

A diretoria da AFA-PUC, na assembleia do dia 29/3, irá ler o texto de Acordo Interno para aprovação da categoria. A participação dos funcionários é de suma importância para o encerramento das discussões. Lembrando que, dessa vez, o Acordo Interno terá validade de um ano.

REAJUSTE SALARIAL

Em relação aos índices de reajuste salarial, a Fundação São Paulo está aguardando que as convenções entre patronais e sindicatos sejam assinadas. Depois, caso haja acordo, a mantenedora pagaria o retroativo.

A diretoria da AFAPUC tentou antecipar o reajuste, mas a Fundação São Paulo preferiu esperar as convenções.

Assembleia dos Funcionários

29/3

segunda-feira

14h - auditório 333

ACORDO INTERNO DE TRABALHO

MOVIMENTOS SOCIAIS

Fórum Social Urbano reivindica acesso democrático à cidade

Os movimentos sociais organizaram no Rio de Janeiro, entre os dias 22 e 26/3, paralelamente ao V Fórum Urbano da ONU, o Fórum Social Urbano. O evento teve o intuito de articular os mais diversos movimentos sociais em torno da questão da cidade e do acesso à moradia, além de se contrapor diretamente ao Fórum da ONU, que serve apenas para gerir a cidade de acordo com a lógica do capital, aprofundando as diferenças sociais no espaço urbano.

Na manhã do dia 22/3, ocorreu um ato no centro do Rio de Janeiro pelo direito à cidade, marcando o início das atividades. Após a manifestação, a primeira mesa de debates contou com a presença de importantes intelectuais ligados aos principais movimentos sociais urbanos, como a urbanista Raquel Rolnik, relatora da ONU pelo direito à moradia digna e professora da FAU-USP; o norte-americano David Harvey, professor da Universidade de Columbia (EUA) e Erminia Maricato, também profes-

ra da FAU-USP. O professor Peter Marcuse, professor da Universidade de Columbia não conseguiu chegar a tempo por conta de um problema com o visto, mas enviou o texto que lerá durante o evento.

A primeira a falar foi a professora Raquel Rolnik, que alertou sobre como as políticas sociais de moradia e direito à cidade estão sendo desmontadas. Para ela, "sem mexer no sistema de regulamentação ao acesso à terra, na máquina de exclusão territorial, todo o esforço de investimento em melhorias urbanas vai acabar sendo transferido para poucas mãos", afirmou.

Na sequência, foi feita a leitura da carta de Peter Marcuse, contrapondo o caráter dos dois fóruns que ocorriam a menos de 200 metros um do outro. Para o professor, ambos os fóruns são legítimos, mas com caráter completamente distinto. O fórum da ONU quer gerir a cidade e seus problemas de forma a criar condições para que o capital avance, enquanto o Fórum Social Urbano quer erradicar as contradições



Guilherme "Soninho", um dos organizadores do Fórum faz intervenção numa das mesas do evento

existentes nas cidades, defendendo o direito à cidade para aqueles que não o tem. A noção de melhores práticas urbana, como orientadora da ação pública pregadas pela ONU, foi questionada pelo professor em carta: "Práticas para quem? Melhores para quem?".

CIDADES MAIS EXCLUDENTES

A professora Ermínia Maricato falou sobre como as cidades estão cada vez mais excludentes com os pobres, apesar da criação de muitas leis, políticas, conselhos e estatutos que não são aplicados na prática. Para ela, a perspectiva de luta tomada tem que ser menos institucional.

A importância do fó-

rum para a professora Maricato é pensar em estratégias, para "sair da letargia de que tivemos muitas conquistas. As nossas cidades estão piorando. É preciso romper com esse consenso de que não há conflitos e que não existem adversários", exclamou.

O último palestrante da noite foi o professor David Harvey que analisou a constituição das cidades de hoje. Segundo ele, é essencial estudar urbanismo para compreender as transformações pelas quais o mundo passa, já que é "nelas que está a origem e a solução das crises", concluiu Harvey.

A APROPUC apoiou a construção e realização do Fórum Social Urbano com ajuda financeira.

Grupo de comunicadores lança blog pela reforma agrária

No dia 18/3, estreou o blog da rede de comunicadores em apoio à reforma agrária e contra a criminalização dos movimentos sociais. A decisão foi tomada no dia anterior, durante reunião no Sindicato dos Jornalistas (SindJor-SP), com cerca de 100 pessoas.

O objetivo do blog é acompanhar os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), instalada no final do ano passado por imposição da bancada ruralista que visa criminalizar aqueles que lutam por terra no país. A nova página também servirá para di-

vulgar experiências bem sucedidas da reforma agrária, de assentamentos rurais e de agricultura familiar que a mídia privada omite.

O blog pretende ser um ponto de referência para outros sítios, blogs e publicações que tratam deste tema. A colaboração será aberta a

todos que entendem a urgência da reforma agrária e que não aceitam a criminalização da luta pela terra promovida pelos latifundiários do campo e da mídia. Para aderir à rede de comunicadores, basta acessar a página www.reformaagraria.blog.br e fazer o cadastro.

Professores estaduais continuam em greve

Mais de 40 mil professores da rede pública pararam a Avenida Paulista no dia 19/3 em nova demonstração de força da categoria. A assembleia deliberou pela continuidade da greve, além da luta pelo reajuste de 34,3%, da incorporação de todas as gratificações extensivas aos aposentados, contra a avaliação de mérito e, entre outras pautas, por um plano mais justo de carreira.

Após o fechamento dessa edição, os professores realizaram assembleia, no dia 26/3, em frente ao palácio do governo, com o intuito de pressionar ainda mais o governo que não mostrou disposição em dialogar com os grevistas.

AMEAÇA DE DEMISSÃO

Os professores vêm sendo pressionados de di-

versas maneiras, principalmente por meio de ameaças de demissão aos grevistas e impedimento de pafletarem dentro das escolas. Estes são ataques que ferem a legislação que garante ao servidor público o direito de greve e livre manifestação.

A Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) orientou que

"aqueles que sofrerem esse tipo de coação, devem denunciar tais violações relatando em boletim de ocorrência, constatando expressamente que a ocorrência deve-se por conta de afronta aos artigos 8, III da Constituição Federal e Artigo 6º, I da Lei 7.783 com as modificações introduzidas pelo Supremo Tribunal Federal no MI 712-PA."

Homenagem aos militantes presos em Ibiúna

A prefeitura de Ibiúna inaugurou uma estátua na cidade, em homenagem aos estudantes que participaram do 30º Congresso da UNE, em 1968. O encontro foi duramente reprimido pela ditadura militar. A professora e diretora da APROPUC Beatriz Abramides foi presa juntamente com outros estudantes da PUC-SP, entre elas Caterina Koltai (fotos) durante o cerco de Ibiúna. Abaixo transcrevemos um relato da professora Bia sobre a luta dos estudantes em 1968:

"Na recuperação histórica das lutadoras, do direito à memória vão as fotos das estudantes presas. Estou na fileira de número 47. Todas juvenzinhas. Com muito orgulho e emoção revi minhas companheiras de luta! Muitas já se foram, mas muitas continuam aguerriadas na batalha por uma sociedade emancipada.

Em outubro de 1968 ocorreu, na ilegalidade, o XX Congresso da UNE em um sítio em Ibiúna. Éramos cerca de 1000 estudantes de todo o Brasil, entre rapazes e moças. A

polícia chegou com camburão e fomos tod@s pres@s. O Congresso não se realizou. Na noite anterior, havia ocorrido a mesa de abertura. Mal raiou o dia e a repressão chegou. Primeiramente separaram homens de mulheres e fomos levad@s tod@s para o presídio Tiradentes, onde ficamos os primeiros dias, depois de andarmos uns 10 quilômetros escoltados até chegar ao camburão. A seguir, @s estudantes de São Paulo foram transferid@s para o Carandiru. @s de outros estados foram transferidos para os presídios de seus próprios estados. Nas celas éramos cerca de quarenta mulheres, que dormíamos em valete, bem espremidas. O banho era frio e a comida servida em latas de cera, e fria. Ficamos incomunicáveis. A Madre Cristina (do Sedes Sapientia) criou um comitê em defesa d@s presos polític@s de Ibiúna com pais e professores. Apesar de não haver tortura física, sofremos humilhações e tortura psicológica. Nos chamavam de prostitutas



DIVULGAÇÃO

As professoras Bia Abramides e Caterina Koltai durante a identificação dos estudantes presos em Ibiúna

por termos nas bolsas pílulas anticoncepcionais e uma a uma fomos levadas para o Deops para prestar depoimento. Cada uma, em uma sala, isoladas, a noite toda ouvindo berros!!! Nos ameaçavam dizendo para tomar cuidado senão seríamos nós. Nos depoimentos nos identificamos como representantes d@s estudantes de nossas faculdades (e éramos), havíamos sido eleito@s nas assembleias de curso. Eu era aluna da PUC-SP, do Serviço Social. No Tiradentes nos deixavam tomar um pouco de sol. Neste momento conversávamos com as presas comuns que nos contavam o

seu sofrimento e humilhações. Depois que saímos fomos enquadrad@s na Lei de Segurança Nacional, prestando depoimentos periódicos, sem poder sair do país e sem conseguir trabalhar, pelas delações. Quando conseguíamos um trabalho, mal sabiam que havíamos sido presas éramos demitidas. Comigo aconteceu no Hospital das Clínicas. Posso lhes dizer que o ano de 68 foi o mais importante para a minha convicção política e ideológica e da necessidade da revolução proletária para a conquista da emancipação humana".

Bia Abranides

ROLA NA RAMPA

Acidentes de trabalho na PUC-SP

Um funcionário terceirizado do estacionamento da PUC-SP sofreu um acidente de trabalho na semana passada. O portão caiu sobre sua perna, causando ferimentos. Foi preciso colocar uma placa de platina, impossibilitando o funcionário de trabalhar. Como ele é terceirizado, está sofrendo com a falta de auxílio trabalhista. Um grupo de professores está se mobilizando para ajudar o funcionário, muito querido entre

todos (mais informações no estacionamento do campus Monte Alegre). Outro acidente envolvendo trabalhadores aconteceu no campus Santana, no colégio Luíza Marillac, mas dessa vez com gravidade maior. Um trabalhador caiu do andaime e faleceu. Nos últimos meses a Cipa tem relatado vários acidentes de trabalho no campus Monte Alegre, sendo a maioria deles por falta de utilização de equipamentos necessários à proteção do trabalhador.

Chuvas alagam a Faficla

Como já ocorreu por diversas vezes, a chuva da última quinta-feira, 25/3, alagou várias salas da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, danificando materiais de escritório e obrigando que os funcionários transferissem às pressas equipamentos de informática para outras dependências da faculdade. A universidade, nestes meses de verão, vem sofrendo cotidianamente com

alagamentos e falta de luz no campus Monte Alegre. Na segunda-feira, 16/3, a queda de árvores na vizinhança obrigou a Reitoria a suspender as aulas, por falta de energia elétrica. Porém as fortes chuvas dos últimos meses encontraram o campus com sérios problemas de manutenção, como na Faficla, onde a falta de limpeza das calhas fez com que uma verdadeira cachoeira invadisse as salas de aula.

Mantenedoras querem pagar menos que a inflação

Enquanto os professores do ensino superior reivindicam 5,18% de reajuste salarial para 2010 e mais 3% de aumento real, o sindicato patronal quer pagar somente 4%, ou seja, menos que a inflação medida por todos os índices de preços. Em reunião realizada no dia 25/3 os donos de escolas alegam que a inflação teve um repique nos últimos meses, o que obrigaria um pagamento inferior, que seria compensado em fevereiro de 2011 com mais 1,18%. Quanto ao trabalho tecnológico o Semesp, sindicato patronal, quer que cada escola defina uma porcentagem, ficando estabelecido em convenção

somente a obrigatoriedade do pagamento. Na questão referente às bolsas de estudo outra proposta descabida dos patrões, como existe a alegação, ainda não comprovada, de que a Receita Federal estaria autuando escolas por considerar bolsas de estudo como renda indireta, a distribuição destas bolsas passaria a ser feita através do Sinpro-SP. Os professores, reunidos em assembleia no último dia 25/3, rejeitaram todas as propostas patronais e autorizaram a diretoria do Sinpro-SP a prosseguir com as negociações que conduzem ao atendimento de suas reivindicações

Vacinação contra a Gripe A no campus Monte Alegre

Nos dias 7, 8 e 9/4 a Unidade Básica de Saúde (UBS) Vila Anglo estará no campus Monte Alegre (Rua Monte Alegre, 984) para aplicar a vacina contra a Gripe A (H1N1). Podem participar pessoas de 20 a 29 anos, incluindo gestan-

tes. A vacinação acontecerá em três horários: pela manhã, das 8h30 às 12h; à tarde, das 14h às 17h; e à noite, das 19h às 22h. Os funcionários e alunos de 30 a 39 anos de idade serão vacinados no mês de maio. Informações: (11) 3670-8007.

Grupo apresenta show no espaço Cachuera!

No sábado 27/3 aconteceu a última apresentação do grupo *Memórias de Um Caramujo*, no espaço Cachuera!, localizado na Rua Monte Alegre, ao lado da PUC-SP. O grupo, que vem ganhando ampla repercussão na mídia, tem como uma de suas integrantes a cantora Beatriz Mentone, filha do professor (e também músico) Arnaldo Nogueira da Faculdade de Economia e Administração. Quem perdeu a apresentação no Espaço Cachuera! pode apreciar o belo trabalho do grupo no site myspace.com/memorias-deumcaramujo, ou no link www.youtube.com/watch?v=FtJUnuUJ8

III Jornada de psicologia sócio-histórica na PUC SP

Dia 26/5, das 9h às 18h, no Tucarena acontecerá a terceira jornada de psicologia sócio-histórica. O tema desse ano é Subjetividade, sociedade e cultura: A Leitura Sócio-Histórica e suas Intervenções. A conferência de abertura contará com a presença do professor doutor Marcus Vinícius de Oliveira (Psicólogo UFBA) e da professora doutora Sílvia Borelli (Antropóloga da PUC-SP). A partir das 14h acontecem as apresentações de trabalho e em seguida, às 18h, uma reunião geral de fechamento. As inscrições de trabalho podem ser feitas até o dia 3/5, pelo site www.pucsp.br/eventos. Maiores informações pelo e-mail: sociohistorica@pucsp.br.

Nepe debate a "avosidade"

O Núcleo de Estudo e Pesquisa de Envelhecimento (NEPE) promoverá no dia 31/3, às 9h, na sala 530 do Prédio novo, um debate

com o tema *Avosidade: Uma relação subjetiva e atemporal*. A orientadora responsável pelo evento é a professora Ruth Lopes.

Revista digital debate literatura e utopia

A 4ª Edição da revista Fronteiras, organizada pela professora Vera Bastazin, acabou de ser lan-

çada nainternet. Para conferir os 18 artigos acesse: www.pucsp.br/revista_frenteiras